

Materializando a cidadania nas urbanizações não planeadas: o papel das hortas urbanas para as comunidades (i)migrantes da Grande Lisboa

Programa de Doutoramento em Democracia no Século XXI – CES/FEUC

Juliana Torquato Luiz Orientador: Dr. Arq. Giovanni Allegratti

Apresentação Geral

Esta investigação atravessa as formas de materialização da cidadania na cidade metropolitana face aos limites da estrutura moderna no controle e gestão do território, em áreas urbanas não planeadas, mas urbanizadas através das pessoas produtoras dos espaços de moradia, de viver. O trabalho empírico privilegia a cidade de Lisboa e os espaços das hortas (peri) urbanas co-existent com tipologias de outros espaços urbanos (à exemplo do espaço habitacional e estrutura verde urbana). Dessa forma, praticadas em diferentes áreas e em terrenos que formam um mosaico de situações sócio espaciais e estatutos de lugares, as hortas urbanas são apreendidas numa escala temática mais ampla, que envolve o espaço urbano, a constituição de direitos sociais, económicos, ambientais e culturais e as formas de reconhecimento sobre como e quem está produzindo qualidade urbana, lançam os desafios de ler e compreender a diversidade e (in) formalidade desses processos que revelam e ao mesmo tempo escondem seus verdadeiros objetivos – a possibilidade do acesso à cidade, à cidadania.

Nesse contexto, as relações sociais se dão entre o sujeito social autoconstrutor dos lugares vividos e praticados (De Certeau, 1994) e as políticas de intervenção urbana, contextualizadas no âmbito do Estado e da produção espacial urbana. O contexto português, considerado periférico em relação aos demais países da União Europeia, torna-se metodologicamente (e epistemologicamente) estratégico para se discutir práticas vividas no território que estão fora das "best practice" sobre diferentes discussões contemporâneas na escala urbana, circunscritas no território da Cidade, à exemplo do Direito à Cidade e seus premissas; a questão da segurança alimentar e a incorporação de políticas de agriculturas urbanas no discurso das cidades sustentáveis (PNUD – Programa Habitat II). Os grupos migrantes (portugueses) e (i)migrantes cabo verdianos (1ª e 2ª geração) compreendidos no âmbito da multifuncionalidade, actores que também se encontram nos processos de urbanização de cidades como Porto e Lisboa no marco temporal pós 1970 são privilegiados neste estudo

por protagonizarem, na maioria dos casos de hortas urbanas acompanhadas, o papel não só de agricultores, mas produtores de qualidade urbana (uma das hipóteses discutidas) num movimento que passa o processo de garantia de perenidade dos lugares e a própria prática de hortas urbanas, sendo esse último tema ainda pouco tratado sociologicamente e politicamente uma possibilidade de acção estratégica para a constituição de um espaço materializado de cidadania (além da cidadania formal) que compreende:

- segurança alimentar
- integração territorial
- tratamento da biodiversidade urbana
- espaços lúdicos e de troca de saberes e conhecimentos
- de lazer
- qualidade urbana e ecossistémica.

Quais direitos sociais e urbanísticos a prática de hortas urbanas engendram na cidade contemporânea? Em que medida as hortas urbanas desenvolvidas em urbanizações não planeadas podem significar uma porta de acesso à cidade, à cidadania?

- A partir da leitura analítica desse espaço físico social e do marco temporal apontado são aprofundadas algumas questões em torno de três eixos temáticos que se cruzam no espaço considerado:
- a possibilidade (ou não) das hortas significarem uma forma de recomposição social de populações que vivem num território marcado por um mosaico de lilições no que tange o acesso e uso da terra na escala urbana;
 - a relação entre o tipo de ocupação e a prática das hortas (peri)urbanas, e
 - a constituição desses ambientes construídos (Harvey, 1994) significarem um espaço de cidadania e produção de valores democráticos – para existir, viver, trocar saberes e conhecimentos, discutir e participar na cidade.

1. Do verbo transitivo engendrar, que significa: 1. Gerar 2. Inventar 3. Produzir 4. Imaginar 5. Causar 6. Formar. In: Dicionário da Língua Portuguesa. Porto Editora.



Palavras-chaves:
Cidadania,
Hortas (Peri)Urbanas, (i)migrantes,
Área Metropolitana de Lisboa,
Democracia e Intervenções Urbanas

O Espaço Urbano, uma das variáveis tratadas na investigação, é compreendido numa perspectiva ontológica (Harvey, 2002) – tempo, espaço e o ser. Ao contrário das perspectivas que vêem o espaço *diluir* ou *desaparecer*, há outras que consideram a emergência de um *"spatial turn"* – uma virada espacial, na qual o espaço continua enquanto referência concreta (constituinte e constituída) da prática social - **Reflexão epistemológica** que perpassa o pensamento dialéctico de Henri Lefebvre, as contribuições da geografia humana de David Harvey e Milton Santos para a compreensão e tratamento analítico da **produção (social)** do espaço social e a dinâmica de sua transformação - O espaço torna-se aqui uma categoria conceitual analítica chave para a compreensão sobre as expressões espaciais das contradições do neoliberalismo, da hegemonia financeira em voga face às práticas de transformação do território por parte de quem faz a cidade.

São perspectivas pertinentes que articulam dimensões materiais, **subjectivas, sociais** de extrema importância para compreender as transformações das cidades do urbano na contemporaneidade, discutindo a partir dessa perspectiva as **reações** a tais mudanças que estão acontecendo em áreas dentro e fora das grandes metrópoles contemporâneas em relação à natureza de seus espaços e a **constituição de direitos**.

O Estado e a **Política Urbana** - A necessidade de integrar de forma analiticamente coerente a estrutura com a agência - um pontos de partida da discussão teórica, que toma como base as características constituidoras do Estado e da sociedade. Dessa forma, a política (Rancière, 2009) e o Estado – tratado no seu conjunto heterogêneo de instituições dotadas de história, estrutura, identidade e interesses próprios (Marques, 2001) - no nível urbano são compreendidos em sua complexidade.

Considerando isto, as considerações metodológicas e epistemológicas atravessam diferentes áreas temáticas da teoria social e política e dos estudos urbanos bem como disciplinas afins, uma vez que se compreende este fenómeno no seu conjunto, como um **Complexo de manifestações** simultaneamente biológicas, económicas, sociais, políticas, culturais e ambientais (Castro, 1969).

Questão de partida - quando (e como) as práticas de agriculturas urbanas acontecem nas cidades - A pesquisa empírica parte da cartografia de diferentes tipologias de casos, institucionalizados e não institucionalizados de hortas urbanas em Portugal, enfatizando tais presenças no contexto de Lisboa, como uma primeira etapa, que objetiva ir além da dimensão da subsistência familiar e investiga a relação entre as tipologias de cultivo e as tipologias de ocupação e uso da terra urbana que podem, ao final, conformar um modelo de habitação.

A Percepção – trabalhando um indicador qualitativo
Além das orientações brevemente assinaladas, a percepção sobre a materialização da cidadania através do espaço das hortas por parte dos actores sociais torna-se um indicador qualitativo a ser construído na pesquisa. De Certeau se refere à capacidade do imaginário das camadas populares de *subverter* *fazenda*, em vez da simples recusa; e, assim, *viver*, continuamente, na dualidade de um colitico pragmático e de uma utopia a se realizar, o não-lugar (De Certeau, 1996).

Santos (2002) fala das **Subjectividades emergentes e emancipatórias**. O autor afirma que o pensamento crítico, para ser eficaz, tem de assumir uma posição paradigmática a partir de uma crítica radical do paradigma dominante, pois vivemos um momento de transição epistemológica e social, cujos protagonistas são subjectividades individuais e coletivas capazes de ceder e desejar alternativas sociais emancipatórias. A argumentação de De Certeau (1996) e a problematização de Santos (2002) são os pontos de partida para justificar esta via analítica sobre um indicador qualitativo e os caminhos escolhidos que trazem as subjectividades marcadas pelos usos do espaço urbano e a possibilidade engendrar direitos na escala da cidade.



Cartografia de Casos de Hortas Urbanas em Portugal (levantamento em fase de execução)

Para proceder à distribuição temporal e espacial das políticas públicas voltadas ao tema das hortas urbanas promovidas pelo Estado face às tipologias de espaços (peri)urbanos cultivados não institucionalizados, vem sendo utilizada uma base espacial que agrega espaços habitados por grupos populacionais similares - no caso, populações (i)migrantes, principalmente população cabo verdiana (1ª e 2ª geração) - sob o ponto de vista da tipologia das formas de acesso e uso do território em espaços habitacionais de diferentes estatutos jurídicos, seguindo as recomendações de Marques (1998). Esse procedimento tem por objectivo escapar dos problemas metodológicos que poderiam decorrer da utilização de um modelo pré-concebido de distribuição dos grupos sociais no espaço, como um modelo radial-concêntrico. Assim, o mapeamento dos casos de hortas urbanas - institucionalizados em Portugal e os casos não institucionalizados em Lisboa, objetiva primeiramente conhecer a ou as dimensões das práticas de hortas urbanas no país no que tange sua localização sócio espacial, os graus de institucionalização (quando há) e as relações com o campo normativo existente (normas e regulamentos locais, PDMs, leis municipais e camarárias locais, legislação urbanística (local e nacional) e o campo normativo constitucional do país); os regimes de propriedade e de acesso e uso do solo urbano; a produção e o estágio de desenvolvimento no qual se encontram; características e os principais actores envolvidos (quem participa, como); se há inserção e articulação entre o tema das hortas e políticas públicas e sociais (quando institucionalizadas); se estão inseridas em políticas participativas e o estágio actual das práticas (se ainda existem ou não tiveram continuidade). Posteriormente a esta etapa se dará a construção de tipologias de espaços (físicos, sociais e simbólicos) onde estas práticas ocorrem.

O trabalho sistemático tem se dado na Área Metropolitana de Lisboa, seguindo as mesmas preocupações, porém, tentando cartografar as diferentes situações e identificar os espaços nos quais ocorrem com mais frequência e a transversalidade com outras problemáticas, como a questão da habitação, as formas de ocupação e uso do espaço urbano. No caso de Lisboa, está sendo elaborada uma cartografia utilizando o sistema SIG (Sistema de Informação Geográfica - Programa ArcGIS 9.2). O processo está em andamento e acontece simultaneamente ao trabalho empírico da própria tese e suas etapas.

Hortas do Ingote, Coimbra



IC19, Amadora



Talude Militar, Loures



Referências Bibliográficas

Biel, R. & Cabannes, Yves (2009). "Urban agriculture - the current situation and some pointers to the way forward", in: London: DPU News, 51.

Castro, José (1969). *El hambre - Problema Universal*. Argentina: La Playa.

De Certeau, Michel (1994). *A Invenção do Cotidiano*. Vol 1 e 2. Tradução de Efraim Ferreira Alves. Petrópolis: Ed. Vozes.

Domingues, José Maurício (2001). "Cidadania, direitos e modernidade", in: Souza, Jessé (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a democracia contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Guerra, Isabel (2009). "Europa e Políticas de Habitacionais. Mudanças em curso", in: Revista Cidades: Comunidades e Territórios, n.º 17, pp.47-61.

Grahl, Maria; Évora, Iolanda (org.) (2007). *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Harvey, David (2002). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Le Goff, Jacques, (1997). *Por amor das Cidades*. Lisboa: Teorema.

Lefebvre, Henri (2008). *A Revolução Urbana*. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Marques, E. (1998). "Os modelos espaciais como instrumento para o estudo de fenómenos urbanos", in: Najaf, A. & Marques, E. (org.), *Saúde e Espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Mills, C. Wright (1985). *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mougeot, L.J.A. (2000). "Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks", in: Growing Cities, Growing Food. Urban Agriculture on the policy agenda. Bakker *et al* editors.

Rancière, Jacques, (2009). 11 Tesis sobre la política. Fonte: <http://aleph-arts.org/pens/11tesis.html>. Acesso vários (2009 e 2010).

Santos, Boaventura de Sousa (1982). "O Estado, o Direito e a Questão Urbana", in: Revista Crítica de Ciências Sociais, 9, 12-85.

Santos, Boaventura de Sousa (2006). *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Ed. Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993). *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Milton (1996). *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Casos Institucionalizados	Dimensão Normativa	Localização	Características	Não Institucionalizados	Dimensão Normativa	Localização	Características
Projecto "Hortas Sociais Urbanas de Coimbra"	(Deliberação n.º 3858/2004 - 09/02/2004) Sobre Criação do Projecto e Parceria entre CMC e ESAG; (Deliberação n.º 1971/2006 - 04/09/2006) sobre Condições Contractuais e Regras de Utilização	Espaço de Habitação Social - actualmente nos bairros do Ingote, Rosa (223 habitações) Espaço próximo à Habitação, Vale das Flores e Junta de Freguesia de São Martinho do Bispo (36 hortas no total)	Iniciativa do Poder Público. O projecto foi desenvolvido a partir de 2004, numa parceria entre a CM de Coimbra e a Escola Superior de Agronomia de Coimbra através do apoio técnico do Grau - Grupo de apoio ao desenvolvimento de agricultura urbana. Foi abrangido institucionalmente na Política de Habitação Social da Câmara e pode ser considerado o único caso que alia o tema das hortas ao tema da habitação. 36 hortas já existentes, com 25 hortas cada, com terrenos de 150 m ² cada contendo 1 arbedaçado, um ponto de abastecimento de água, um combustor e 1 reservatório de água para captação e aproveitamento das águas pluviais.	Lisboa	(Deliberação n.º 3858/2004 - 09/02/2004) Sobre Criação do Projecto e Parceria entre CMC e ESAG; (Deliberação n.º 1971/2006 - 04/09/2006) sobre Condições Contractuais e Regras de Utilização	As áreas cultivadas abrangem diferentes tipologias de estatuto jurídico: Áreas adjacentes à conjunção de Habitação Social, constituídas a partir do Programa Especial de Realojamento (PER) (Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio); áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), no quadro do Lei n.º 91/95, e por áreas de ocupação e construção não legal; Estrutura Verde Urbana não equipada; Área de Estatuto "Imobiliário de Venda Livre".	Apresenta a maioria de casos de hortas cultivadas em terrenos não legalizados, áreas devolvidas, etc. Exemplo, a situação intermédia das AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal), nas quais algumas passam por processos de reconversão urbana, quando a urbanização não é legalizada. Porém, o conceito de urbanização não é claro na legislação vigente
Casos Projecto "Horta à Porta" - Lipor		Área Metropolitana do Porto	Promovida pelo Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos da Grande Porto (Constituído como Associação de Municípios que presta serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos), existe desde 2002. Actualmente há mais de 700 pessoas na lista de espera por um terreno.	Áreas cartografadas na AML: - Bairro do Talude (Concelho de Loures); - Babadela; - Zambujal (Concelho de Loures); - Conjunto de Habitação Social de Casal da Mira (Amadora); - IC 19 - Amadora/Damola; - Zona de Chelas; - Alta de Lisboa; - Quinta da Granja (Benfica); - Vale do Fundão (Junta de Freguesia de Marvila); - Bairro Padre Cruz (Freguesia de Carnide); - Telheiras; - Galinheiras (Freguesia de Charneca).	Muitos dos terrenos são cultivados à pelo menos vinte anos (47%) por pessoas - migrantes portugueses (49%) e imigrantes, principalmente os grupos de origem cabo verdiana (46%). É um modelo de urbanização introduzido pelas próprias pessoas considerando a construção da casa e o cultivo de hortas (muitas destas próximas ao espaço residencial, porém, há casos já encontrados de grupos que cultivam em áreas distantes a habitação (16%).		
"Horta de Subsistência" (Lipor)		Região do Porto	Promovida pela Câmara Municipal da Maia, privilegia pessoas desempregadas e com baixa renda. Ainda não há informações produzidas pois trata-se de uma experiência recentemente publicizada pela CM				
Projecto "Hortas Urbanas de Ponte de Lima"		Município Ponte de Lima	Pública. Iniciativa proposta pela Câmara no ano de 2009. Apresenta somente regras de candidatura para o acesso aos terrenos. Em tais regras não está explicito se imigrantes podem ser candidatos nem mesmo o período de uso dos terrenos.				
"Hortas Comunitárias de Cascais"	Regulamento Geral aprovado pelo CM em 08 de outubro de 2009 (Anexo).	Espaço de Habitação Social: 2 bairros Baixo de São João (antigo AUGI) e Quiloteiro de Lima, um bairro de com menos de 10 anos. A primeira referência está relacionada a um processo de reconversão urbanística da respectiva AUGI e legalização das habitações construídas sem licenciamento.	Iniciativa do Poder Público. Integram o Programa Agenda 21 da administração de Cascais e o projecto "Dou vida ao bairro".				

Alguns Resultados parciais, a partir do estudo de caso realizado no Bairro do Talude, localizado no Município de Loures, na AML

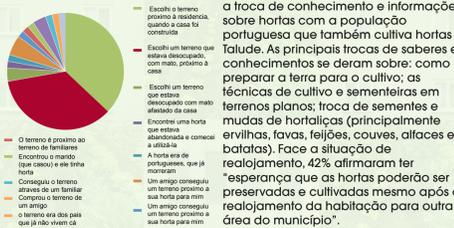
Um dos estudos de caso se dá sobre o Bairro do Talude, na freguesia de Loures, no Município de Loures, na margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, um laboratório rico pela diversidade de situações territoriais que concentra e pela importância do fenómeno das hortas, que de acordo com o levantamento realizado ultrapassam o número de 130. As primeiras construções na freguesia, não licenciadas, surgiram no início da década de 1950, na sequência do desenvolvimento industrial, entre as freguesias de Sacavém e da Parfela da Azóia, e da chegada de fortes contingentes populacionais de várias regiões do país e, mais tarde, das ex-colónias portuguesas. É nesse contexto (aquí brevemente descrito) que surge o Bairro do Talude.

O recurso a entrevistas semi-estruturadas, a observação directa, a análise e levantamento das manchas de hortas realizados com base em ortofotomapas, e o cruzamento destes com as políticas públicas de planeamento urbano e gestão territorial e o campo normativo vigente tem como objectivo a compreensão do fenómeno das hortas urbanas nas suas diferentes dimensões. No caso do Talude, o estudo torna-se não só representativo, mas pertinente no conjunto de tipologias consideradas na amostragem seleccionada sobre os casos não institucionalizados e desenvolvidos em urbanizações de estatuto jurídico não legalizado, com data a partir dos anos 1970. À exemplo do Talude, de acordo com o instrumento de planeamento vigente - o PDM de Loures, a área não é passível de reconversão urbanística e é classificada de "espaço verde urbano".

As entrevistas foram realizadas com o apoio e colaboração da Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude (AMRT) em 13 hortas representativas, das cerca de cento e trinta que compõem a área em estudo, durante os meses de Fevereiro, Março e Abril de 2010. Foi realizado mais de um encontro com as famílias e indivíduos entrevistados (i)migrantes cabo verdianos de 1ª e 2ª geração), o que permitiu acompanhar o processo de sementeira e colheita de alguns produtos cultivados. Intercolamos questões específicas sobre as hortas no que se refere ao manejo, cultivo e destino da produção, mas também sobre as razões, motivações e formas de organização e acesso ao espaço das hortas. Essas informações foram cruzadas com os dados sócio económicos produzidos através da aplicação de um inquérito com perguntas abertas e fechadas. Assim, através de um conjunto de questões articuladas entre si, valorizou-se

a esfera da subjectividade através da percepção dos motivos e intenções, das opções e as relações dos sujeitos em torno das práticas das hortas. As primeiras habitações, construídas pelos próprios moradores, possuem 38 anos. Actualmente o bairro possui aproximadamente 140 agregados familiares. 56,7 % possuem nacionalidade cabo verdiana; 17% possuem nacionalidades portuguesa e cabo verdiana e 23, 2% nacionalidade portuguesa e 1% de Guiné Bissau.

No âmbito da pesquisa, já foram realizadas entrevistas com 80 famílias, dentro as quais 65,27% estão inscritas no PER - Plano Especial de Realojamento (Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio) e 75% afirmaram terem hortas no bairro. São parcelas de terreno que variam de tamanho - entre 25 m² a 60m². Porém, foram cartografadas 3 hortas de 100m². Sobre a forma de acesso aos terrenos cultivados:



Motivações, Finalidades e Importância das hortas de acordo com as famílias entrevistadas (Múltiplas respostas)
78% afirmaram que melhora da produção das hortas chega à mesa como refeição
72% consideram que a principal importância das hortas reside na economia familiar - diminuição de gastos com alimentação
28% praticam hortas para combater o stress
32% consideram mais de um elemento: importantes para a saúde, economia familiar, garante parte da alimentação da família e possibilitam divertimento
17% consideraram as hortas uma forma de lazer e divertimento
2% afirmaram que as hortas apresentam poucas vantagens, pois dão muito trabalho, pouco retorno

São finalidades que reforçam aspectos lúdicos e de lazer, bem como a produção de alimentos para consumo próprio ou venda em pequena escala. Além da importância que assumem do ponto de vista sócio-económico para as famílias envolvidas, as hortas também adquirem relevância no que tange o ambiente, o planeamento urbano, a segurança alimentar e a conservação da biodiversidade agrícola. Como reconhecer, a partir das políticas públicas e sociais urbanas existentes, a qualidade urbana e a contribuição ecossistémica que vem sendo produzida pelas pessoas na cidade? A partir da leitura analítica do espaço físico e social vêm sendo aprofundadas algumas questões em torno de dois eixos temáticos que se cruzam no espaço considerado: (i) as hortas podem significar uma forma de integração sócio-urbanística dos grupos sociais em questão num território marcado por um mosaico de lilições no que tange o acesso e uso da terra; e (ii) a relação entre a tipologia de ocupação urbana e a prática das hortas ali desenvolvidas caracteriza as condições de cultivo, as potencialidades face às limitações impostas pelo escassez de recursos (materiais, recursos naturais) como água e a própria insegurança sobre a permanência no espaço, a influência económica, social e cultural dessas práticas para os sujeitos sociais envolvidos.

